

Convenção sobre o Futuro da Europa

Sessão Plenária de 24-25/04/03

Vida Democrática da União

Intervenção do Representante Suplente do Governo Português,
Manuel Lobo Antunes

- O acervo de artigos que nos foi submetido sobre a “Vida Democrática da União” encerra um conjunto de princípios a que atribuímos a maior importância. Com efeito, a União não é, nem pode ser simplesmente um aglomerado de instituições e de normas. A União é um projecto comum de Estados e de Povos para a prossecução de objectivos partilhados. É o resultado de uma relação permanente em que os Estados e os Povos se revêm. É um processo democrático em que Estados e Povos participam em pé de igualdade, usufruem dos mesmos direitos, das mesmas obrigações e das mesmas garantias.
- Nestes pressupostos, propusemos algumas alterações aos textos que nos parecem melhor reflectir a nossa visão da União. Recordo algumas:
 - a) relativamente ao artigo 33 – princípio da igualdade democrática – julgamos que a fórmula mais adequada é a que consagra a igualdade dos cidadãos mas também a dos Estados.
 - b) quanto ao artigo 35 a) – Partidos Políticos ao nível Europeu – preferimos a formulação do actual artigo 191 do Tratado das Comunidades Europeias. É que a actividade dos partidos políticos europeus não se esgota na formação de uma consciência europeia em abstracto. Eles são também instrumentos ou factores indispensáveis para a construção de um futuro comum baseado numa União cada vez mais estreita.
 - c) finalmente uma palavra sobre a questão da transparência. Ela é uma exigência fundamental nas democracias modernas . Perante a complexidade e a diversidade das decisões, os cidadãos exigem saber

o “porquê” e o “como”. Isto é, exigem boa governação e transparência. A este respeito, também ao nível da União foram adoptadas decisões importantes no Conselho Europeu de Sevilha. Em consequência foram recentemente alteradas as regras de procedimento no Conselho. Estes foram passos significativos que têm dado boas provas e que julgamos devem ser consolidados antes de novas alterações. Pretendemos que as decisões sejam adoptadas nos locais próprios – as Instituições - seguindo procedimentos claros. Seria perverso que, por efeito de medidas bem intencionadas, viesse a suceder o contrário.